Colegas advogados

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Meu cliente quer pagar meus honorários em criptoativos: posso aceitar? Sim, nos dois países, com consequências de prevenção à lavagem de dinheiro fáceis de ignorar. Um advogado suíço que aceita criptoativos por serviços jurídicos não é, por isso, intermediário financeiro. Os deveres antilavagem do próprio advogado nos termos da Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA), quando ele atua como intermediário financeiro, somados à reforma de 2024–2026 que estende a due diligence à atividade de consultoria, tornam prudente fazer a triagem da carteira pagadora e documentar a origem. Em Singapura, as Legal Profession (Prevention of Money Laundering and Financing of Terrorism) Rules 2015 exigem CDD (diligência devida em relação ao cliente) e atenção a meios de pagamento incomuns. Nos dois países, os honorários são renda pelo valor no recebimento.[1]

Meu cliente na Alemanha detém criptoativos na Suíça: quais são os pontos de exposição? A residência fiscal alemã implica tributação alemã da renda mundial, incluindo a regra de vendas privadas do § 23 da Lei alemã do imposto de renda (EStG), segundo a qual os ganhos com criptoativos detidos por menos de um ano são tributáveis e os ganhos com criptoativos detidos por mais tempo são isentos. Aplicam-se também as regras alemãs de prevenção à lavagem de dinheiro e de reporte, incluindo o registro de transparência para estruturas. A Suíça informa a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Alemanha nos termos do CRS sobre contas em instituições financeiras suíças e informará criptoativos nos termos do CARF a partir de 2028, no mínimo (ver Parte C, Capítulo VI, e Parte G, Capítulo VII). A exposição do cliente alemão diz respeito a ganhos de curto prazo e a rendimentos de staking não declarados, que a autodenúncia alemã isenta de pena nos termos do § 371 do Código Tributário alemão (AO) pode regularizar antes que os dados cheguem.[2]

Qual lei rege uma disputa sobre tokens entre uma parte suíça e uma de Singapura sem cláusula de escolha de lei? Para pretensões contratuais, os tribunais suíços aplicam a lei do Estado com o qual o contrato tem a conexão mais estreita, em geral a lei da sede de quem executa a prestação característica (art. 117 da Lei suíça de direito internacional privado, IPRG/PILA). Os tribunais de Singapura aplicam a proper law of the contract (a lei própria do contrato) segundo princípios semelhantes. Para pretensões reais, ambos os tribunais têm dificuldade com a localização (situs) de um token e tendem a aplicar a lei do lugar onde se encontra o detentor da chave ou a conta na corretora. A lição é incluir uma cláusula de escolha de lei, porque as regras supletivas geram uma incerteza que favorece a parte com mais recursos.[3]

Posso executar uma sentença suíça em Singapura? Somente pela common law, propondo uma ação com base na sentença como dívida, porque a Suíça não é um país designado (gazetted) nos termos do Reciprocal Enforcement of Foreign Judgments Act 1959. O tribunal de Singapura executará uma sentença condenatória pecuniária suíça definitiva se o tribunal suíço tinha competência segundo os princípios da common law e não se aplicar nenhuma defesa de fraude, ordem pública ou natural justice (devido processo). Sentenças não pecuniárias (ordens de entrega de tokens) não são executáveis pela common law. Por isso se preferem a arbitragem ou um processo em Singapura quando o remédio buscado é específico.[4]

Posso executar uma sentença de Singapura na Suíça? Sim, nos termos dos arts. 25 a 32 da PILA, se o tribunal de Singapura tinha competência no sentido suíço (art. 26 da PILA), a sentença for definitiva e não se aplicar nenhum motivo de recusa do art. 27. A Suíça reconhece também sentenças estrangeiras não pecuniárias, de modo que uma ordem de entrega de tokens pode ser executada contra um custodiante

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

suíço ou contra um réu residente na Suíça. O procedimento é o procedimento sumário do art. 251 do Código de Processo Civil suíço (ZPO/CPC), com as medidas de execução da SchKG/DEBA para as sentenças pecuniárias.[5]

Um cliente me pede para guardar sua seed phrase em escrow (depósito em garantia). Devo aceitar? Somente com um contrato de escrow escrito que defina as condições de liberação, exclua qualquer poder do advogado de usar as chaves, trate da responsabilidade e do seguro do advogado e estabeleça as medidas de segurança (lacrada, dividida, guardada com um custodiante). Muitas seguradoras de responsabilidade profissional excluem ou limitam esse risco, o que deve ser verificado antes de aceitar. O advogado que guarda uma chave tem o poder fático de disposição e pode ser intermediário financeiro nos termos da AMLA se o arranjo equivaler a custódia para terceiros em caráter profissional. O melhor caminho é um custodiante licenciado, com o advogado como um dos vários detentores de chaves em um arranjo multiassinatura.[6]

Nota prática

Cada uma dessas perguntas me foi feita na forma apresentada. A maioria veio de clientes que já tinham recebido de outra pessoa uma resposta segura. As respostas seguras que se revelaram erradas tinham uma característica em comum: tratavam do direito de uma jurisdição e ignoravam o da outra. Uma resposta suíça a uma pergunta de Singapura, ou o inverso, é o erro característico da prática em ativos digitais, porque os clientes se mudam, os tokens se movem e as contrapartes estão onde quer que o protocolo as tenha colocado. Diante de cada resposta recebida, convém perguntar: sob qual direito ela foi dada, e o que diz o outro?

Notas

1. AMLA, art. 2, al. 3; Legal Profession (Prevention of Money Laundering and Financing of Terrorism) Rules 2015; ver Parte F, Capítulo VI, e Parte L, Capítulo IV. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

2. Einkommensteuergesetz, § 23, al. 1, n.º 2; Abgabenordnung, § 371; ver Parte G, Capítulo VIII, sobre casos transfronteiriços com a Alemanha. ↩
3. PILA, art. 117, e o problema do situs na Parte D, Capítulo IX; Parte J, Capítulo VIII. ↩
4. Reciprocal Enforcement of Foreign Judgments Act 1959; a via de execução pela common law é descrita na Parte J, Capítulo VIII. ↩
5. PILA, arts. 25–27; CPC, arts. 251 e 335 e seguintes; ver Parte D, Capítulo IX, e Parte H, Capítulo VIII. ↩
6. AMLA, art. 2, al. 3, alínea b (custódia); ver Parte F, Capítulo II, e Parte P, Capítulo VIII. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com